



Como fica o Orçamento Participativo com a Governança Solidária Local (GSL)?

A Prefeitura de Porto Alegre apresenta novo modelo de gestão para a cidade



Como fica a composição da Governança Solidária Local de acordo com o Secretário de Coordenação Política e Governança Local, Cezar Busatto

COMO A POPULAÇÃO PARTICIPAVA ANTES?

Nos últimos 16 anos, Porto Alegre vinha sendo administrada sob o slogan *"Participação Popular e Inversão de Prioridades"*. O Governo, embora nem sempre tivesse clareza de onde chegar, sempre submetia suas propostas ao diálogo com a participação popular. O projeto político que emergia do debate popular era gradativamente consolidado através do Orçamento Participativo (OP), dos Congressos da Cidade, dos Conselhos Setoriais, sem excluir entidades, segmentos sociais e indivíduos. Os espaços de gestão para a construção e deliberação de projetos e políticas eram abertos a todos.

Nestes espaços de gestão e planejamento, os indivíduos não precisavam estar vinculados a uma entidade para poderem participar e deliberar sobre os rumos da cidade.

Foi assim que os moradores conquistaram inúmeras melhorias nas áreas sociais, muitas delas em parcerias entre o poder público e as entidades comunitárias, como o Convênio Creche, os Telecentros, o SASE (Serviço de Atendimento Sócio Educativo), o PSF (Programa Saúde da Família) e o Mova (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos). Sem falar das grandes obras, como a Terceira Perimetral, a Pista de Eventos, o Projeto Integrado Entrada da Cidade, entre outros. O modelo de gestão democrática vivenciado em Porto Alegre, em especial o processo do OP, deu à cidade e a seus moradores o re-

conhecimento internacional, fazendo com que muitas pessoas, de diferentes partes do mundo, viessem conhecer como a cidade era administrada, levando esta proposta para implantar em seus países.

O QUE A NOVA ADMINISTRAÇÃO ESTÁ PROPONDO?

A nova administração da prefeitura está anunciando um novo modelo de gestão pública denominado Governança Solidária Local (GSL).

COMO O GOVERNO PRETENDE VIABILIZAR ESTE PROJETO?

O Governo diz que criará em cada uma das 16 regiões de Porto Alegre um espaço chamado Governança Local. A composição da Governança é a seguinte: Conselhos Municipais e Fóruns Locais; Câmara de Vereadores; Terceiro Setor; Escolas e Universidades; Ministério Público; Poder Judiciário; Tribunal de Contas do Estado; Poder Executivo Estadual e Federal; Comitê Gestor do Governo Municipal; Iniciativa Privada; Entidades de Classe; Orçamento Participativo (confira foto à esquerda).

Cada um destes atores, presentes nas regiões, passará a dividir a responsabilidade de concretizar as demandas da população com o poder público.

De acordo com o Secretário de Coordenação Política e Governan-

ça Local, Cezar Busatto, *"a Governança Local é um fórum executivo, não deliberativo; é uma articulação em rede que busca criar pactos de co-responsabilidade. Neste espaço não tem disputa, não tem votação, não tem delegado"*.

Mas o que é a GSL?

Definições desta forma de administrar o Estado.

"Governança significa a gestão administrativa da ordem social. Tem um alcance implícito que é de despolitização das escolhas/ajustes sociais. Em outros termos, o poder estaria confiscado pelas elites financeiras e técnico-administrativas com finalidades decididas de antemão e na ausência das sociedades". (Sophia Mappa, *Les metamorphoses du politique au Nord et au Sud*, Paris, Karthala, 2004)

"O princípio norteador deste modelo é a co-responsabilidade em favor da inclusão social. A idéia central é instaurar em Porto Alegre uma parceria permanente entre o Poder Público, a iniciativa privada e o terceiro setor que busque resolver os problemas da cidade". (Busatto e Vargas, 2004, p. 26)

"A governança nasce a partir da necessidade e prioridade de compartilhamento de crenças e valores entre governo, empresas e sociedade civil, que decidem tomar a iniciativa de desenvolver uma ação comum para enfrentar uma questão social". (Fundação Oderbrecht – www.fundacaooderbrecht.org.br)

Diante de tudo isso, cabe perguntar:

Que responsabilidades terá a Prefeitura de Porto Alegre nesse modelo?

No modelo apresentado, o Governo está se colocando como mais um ator que integrará a Governança Local através do Comitê Gestor do Governo Municipal. Este comitê será composto por representantes de todas as secretarias.

Isso indica que na execução das políticas públicas e sociais haverá uma privatização de responsabilidades no financiamen-

to das demandas das comunidades, que acabará diminuindo significativamente o papel e as atribuições do poder público. Tendo como princípio a responsabilidade social e a concretização das demandas da sociedade, caberá aos atores privados a disposição de financiá-las.

Nesse sentido, é preciso chamar a atenção para o **contingenciamento seletivo dos gastos públicos**, recentemente anunciado. Isso indica que obras e serviços passam a ser vistos não mais como **investimentos** e sim como simples gastos.

Qual será o papel do Orçamento Participativo (OP), que NÃO é um ator e SIM um espaço de deliberação e discussão da cidade?

Na opinião do atual Governo, *“a definição do orçamento público não dá conta dos problemas das comunidades. A GSL traz mais atores para compor um ‘orçamento social’, que é a soma de recursos humanos, do conhecimento da própria comunidade, indo além do financeiro”*. Junto a isto, a proposta é de que a GSL realize um diagnóstico local que identificará quais atores seriam os potenciais participantes a serem incorporados na GSL e os problemas e potencialidades de cada região, hierarquizando prioridades e possibilidades e definindo metas a curto, médio e longo prazo, juntamente com indicadores de avaliação.

Tudo isso nos indica um esvaziamento do poder de deliberação das Assembléias do OP, dos Fóruns de Delegados, das reuniões do Conselho do OP.

O Orçamento Participativo é um instrumento de co-gestão, isto é, o governo e a sociedade definem políticas públicas e prioridades de investimento conjuntamente. O princípio fundamental é não submeter o orçamento público a uma interminável lógica de ajuste (diminuir gastos) e investir na re-

cuperação da capacidade pública para fazer frente às demandas da sociedade (aumentar investimentos).

E a participação direta, como fica?

Fala-se muito em participação sem dar conta da questão do compartilhamento de poder. No novo modelo, o que se compartilha é a responsabilidade pela execução da obra pública.

A manutenção do Ciclo do OP será suficiente para garantir a legitimidade do que as assembléias, delegados(as) e conselheiros(as) do OP decidirem?

E as conquistas de Porto Alegre, serão mantidas?

Será assegurado o compromisso público que vinha sendo mantido pela Prefeitura de Porto Alegre na manutenção de creches comunitárias, SASE, MOVA, PSF, Telecentros, Cooperativas de Reciclagem, Cozinhas Comunitárias, Incubadora Popular e Incubadoras Empresariais? Estas se constituem em despesas supérfluas a serem enxugadas?

Transformar as organizações comunitárias em pedintes nas filas das fundações empresariais privadas seria um retrocesso inadmissível para a cidadania. Já vai longe o tempo em que as comunidades ficavam eternamente devendo favores aos beneméritos locais! **É preciso estar atento e forte, para que não haja redução de investimentos públicos e sociais e para que, de fato, e não apenas no discurso, seja mantido e ampliado tudo que estava bom em nossa cidade.**

Porto Alegre não abre mão da participação, não abre mão da discussão e da deliberação pública sobre os destinos da cidade.



Fique alerta!

▶▶▶ A co-responsabilidade proposta pela Governança Local não pode excluir o papel constitucional do Poder Público, em especial as questões que se referem ao atendimento na área da Saúde e Educação;

▶▶▶ Os cidadãos pagam impostos e esperam dos governos políticas públicas para atenderem às demandas da população;

▶▶▶ Nenhum plano de recuperação financeira da Prefeitura será considerado sério se implicar no corte de direitos dos setores mais pobres da cidade;

▶▶▶ Participação sem co-gestão, sem compartilhamento de poder, é retroceder a patamares que já não condizem mais com os avanços democráticos que a população de Porto Alegre conquistou;

▶▶▶ A idéia de governança pressupõe que a cidade toda jogue no mesmo time. É como se Grêmio e Inter se juntassem para formar um time só. Não basta que o Governo aceite as propostas populares, será preciso também convencer os empresários e as fundações privadas para que as obras sejam, de fato, executadas. As comunidades sabem decidir o que precisam via OP, mas não sabem o que lhes será pedido em troca.